

CARTAS PARA AGAMENON: uma análise entre a interventoria pernambucana e os trabalhadores da educação durante o Estado Novo (1937-1945)

NATHALIA CAVALCANTI DA SILVA¹

Introdução

Por muito tempo a literatura especializada tradicional tratou os trabalhadores em geral enquanto meros “objetos” das políticas varguistas, cujas ações foram explicadas sempre referidas a dois meios de atuação do Estado: pela repressão (por meio da violência física) ou pela manipulação (pela violência ideológica). Em outras palavras, as ações dos trabalhadores foram compreendidas, ou por eles terem sido “reprimidos” ou por terem sido “manipulados”.

Nosso trabalho não adota esta perspectiva e dialoga com uma renovada historiografia defensora da existência de práticas políticas autônomas por parte dos trabalhadores. Dialogamos com as pesquisas que conectaram o discurso varguista do pós-30 às demandas dos trabalhadores no pré-30; e os que trouxeram à tona aspectos contidos nas relações de troca entre governantes e governados, considerando esses dois lugares sociais como igualmente atuantes do processo de construção e conscientização da identidade coletiva da classe trabalhadora (GOMES, 2005).

Investimos nossos esforços na construção de um trabalho que rompa com a ideia de que os trabalhadores foram apenas sujeitos consumidores e reprodutores da propaganda governista, destituídos de posicionamentos políticos próprios.

Segundo Angela de Castro Gomes (2005), o pacto estabelecido entre classe trabalhadora e Estado, característico do período, não deve ser submetido a uma análise utilitarista, medidora dos custos e benefícios daquele pacto para ambas as partes. Muitas pesquisas que destacaram a importância da legislação do trabalhista na larga aceitação da classe trabalhadora ao projeto trabalhista são coerentes, mas esse destaque ainda é insuficiente para explicar o processo como um todo. O projeto que constituiu a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou tanto expectativas de ganhos materiais (os quais abrangeram os ganhos da legislação social), quanto ganhos simbólicos (valores e tradições) para os trabalhadores. Nesse sentido, “o processo de constituição da classe trabalhadora em ator coletivo [foi] é um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, ideias, tradições e modelos de organização através de um discurso em que o trabalhador [foi] é, ao mesmo

¹ Licenciada em História pela (UFRPE) e mestranda em Educação pela (UFPE). Agradecemos o apoio da CAPES na realização desta pesquisa.

tempo, sujeito e objeto” (GOMES, 2005:25).

Na dinâmica de construção da identidade dos trabalhadores pretendida pelo Estado, toda a memória de suas lutas em anos anteriores ao regime foi apagada. Não sendo mencionado, o passado passa a não existir. Contudo, ao emitir essa “nova palavra”, o Estado passou a utilizar os mesmos elementos básicos que fizeram parte do discurso operário desde o século XIX, reelaborando-os em outro contexto.

De acordo com Gomes, o argumento segundo o qual a “palavra” estava apenas com o Estado desconhece que o mesmo não atuou sobre sujeitos destituídos de um passado, os quais não eram folhas em branco. Reconheçamos a intervenção do Estado, mas também a posição e atuação dos trabalhadores. A grande questão é entender a natureza de criação dos laços que serviram de base para o estabelecimento do pacto no qual as duas instâncias (Estado e Trabalho) se definiram e passaram a atuar. Sendo assim, a:

(...) ruptura que teria ocorrido entre a “palavra operária” e a proposta do Estado é, portanto, relativa, uma vez que se observa que não só os interesses materiais dos trabalhadores, como também muitos dos seus valores e tradições foram incorporados em outro contexto discursivo. Considerar tal processo histórico espúrio, menos natural ou legítimo por ter sofrido intervenção estatal é postura teórica menos profícua. (GOMES, 2005:27)

Portanto, a identidade da classe trabalhadora construída no Brasil e sua atuação política nesse período são tão legítimas quanto quaisquer outras. Precisamos compreender os mecanismos utilizados pelos trabalhadores naquele contexto, por quais brechas tais sujeitos se colocaram, como emitiram suas palavras e expressaram sua consciência de classe.

A variedade dos termos utilizados para interpretar a história da atuação dos trabalhadores na Era Vargas passeia entre: repressão, manipulação, propaganda, doutrinação, ausência de consciência de classe, cálculos utilitários, demagogia, entre outros. Tendo em vista tal variedade, concordamos com Jorge Ferreira (2011) ao argumentar que por mais devastadora e grandiosa tenha sido a prática propagandista no período, ela não garantiu pleno sucesso do governante. Não há propaganda que cause a transformação social de um homem em um líder político sem que suas ações atinjam a vida material e simbólica da população a qual lidera. Isso não significa desprezar as intenções de manipulação ao nível de sofisticação das ideias efetivadas pela propaganda como fatores importantes nas ações de legitimação do governo. Contudo, por mais dominantes que tenham sido, não apagaram todo o passado de lutas, crenças, ideias e valores que rodeavam a cultura popular.

A relevância emerge diante da ausência de pesquisas cuja abordagem histórica a respeito das práticas cotidianas dos trabalhadores no período, tenham por base a análise das as

próprias narrativas (suas cartas), dos seus posicionamentos diante do regime, pelas formas escolhidas para falarem de si, de suas categorias profissionais e do governo e seus representantes. As pesquisas sobre trabalhos que abordem esse mesmo recorte espaço-temporal quase sempre se dedicaram ao estudo dos agentes sociais atuantes “sobre” os trabalhadores. Os próprios trabalhadores dificilmente têm “voz” dentro destas análises, quase sempre pela ausência de fontes documentais por eles produzidas.

Objetivamos nos centrar no discurso dos trabalhadores da educação falando de si mesmos, pelas suas próprias expressões e palavras: como concebiam suas profissões, suas relações com a Interventoria, suas condições de vida e trabalho, suas manifestações de classe, etc. Sujeitos reais, de carne e osso, desejos, emoções e esperanças, expressando com suas próprias letras a sua história cotidiana.

1. Falando sobre os trabalhadores do Estado Novo

O ano de 1937 inaugurou um novo período na Era Vargas, com o início do Estado Novo, colocando em prática os princípios defendidos pelo novo governo desde a Revolução de 1930.

Em busca de apoio popular, a ditadura getulista definiu, entre outros, os trabalhadores como um dos principais personagens representativos do Estado Nacional e como alvos das suas ações (GOMES, 2005) (FERREIRA, 2011).

Em seu livro *“Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)”* (2011), Jorge Ferreira analisou as relações estabelecidas entre o Estado e os sujeitos por muito tempo considerados pela historiografia como “objetos” das políticas varguistas: os trabalhadores. Sua abordagem privilegiou uma compreensão das dinâmicas dessas relações analisando as ações, apropriações, práticas políticas e estratégias de vida elaboradas pelos trabalhadores daquele tempo em meio a seu cotidiano; ou seja, como foram atingidos pelos atos do Governo a respeito das questões sociais e como agiram. Neste sentido, o autor analisou as cartas enviadas pelos trabalhadores de várias partes do Brasil ao presidente Getúlio Vargas, investigando suas demandas, reclamações, concordâncias e discordâncias com o regime. Sua abordagem sustentou a ideia da construção de um pacto entre o povo e o presidente, no qual ambos se reconheceram e reconheceram seus lugares de fala.

Ferreira interpretou as cartas enviadas pelos trabalhadores como expressões da cultura política popular da época. Conceituou cultura como “o conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamento que forma as crenças, ideias e valores socialmente

reconhecidos por um setor, grupo ou classe social” (FERREIRA, 2011:32). Tal conjunto é resultado das experiências vividas pelos sujeitos por vias econômicas, sociopolíticas, ideológicas, religiosas, etc., e pode ser expressa por meio da linguagem.

O autor enfatizou que as cartas apresentaram certa homogeneidade no que era proferido, demonstrando possuírem um padrão cultural. Assemelhavam-se com relação às temáticas e a elaboração dos discursos: normalmente os remetentes descreviam suas situações de vida (a pobreza e as dificuldades sociais nas quais viviam) para, a partir disso, pedirem algo como um emprego ou melhoria de salário, por exemplo. Ao descreverem suas situações e demonstrarem o mesmo objetivo de superá-las, os trabalhadores deixaram registradas, em correspondências, suas formas de pensar, de interpretar o momento político vivido, de compreender o funcionamento das relações de poder e suas percepções sobre o mundo que os cercava.

Os conteúdos das correspondências pesquisadas foram categorizados por meio dos assuntos relativos às demandas proferidas demonstrando quais foram os caminhos percorridos pelos remetentes para alcançarem seus objetivos (FERREIRA, 2011).

Os trabalhadores, durante o primeiro governo getulista, são representados por uma historiografia tradicional, como pessoas que tiveram garantidos seus direitos sociais e, a partir desse pensamento, trocaram os benefícios recebidos pela legislação por obediência e doutrinação. Esse consumo passivo tornava-os pessoas desprovidas de uma história recheada de lutas, reivindicações e organização, os quais passaram a cultuar a figura do presidente e seus representantes sem questionamentos sobre seus atos políticos.

Uma das suas observações mais interessantes foi perceber que, mesmo apoiando o regime varguista, os trabalhadores não estavam alheios aos fatos políticos ocorridos no país e nem tinham opiniões políticas indiferentes e vagas. Ao escreverem, ao relatarem seus dilemas, sempre demonstravam interesses nos caminhos políticos tomados pela nação, fazendo críticas ao mundo no qual viviam e deixando claro que a propaganda política tão exaltada pelo regime nem sempre tinha o efeito esperado. Seu aparente silêncio sobre determinados temas, como por exemplo, prisões arbitrárias, perseguições aos comunistas, repressão política, tortura policial, não ocorreu por uma questão de desconhecimento, mas porque a população sabia o que se passava e escolhia, estrategicamente, as questões a serem destacadas ou silenciadas. A seleção era feita tendenciosamente de acordo com aquilo que poderia beneficiá-la: a legislação trabalhista, os discursos que apresentavam o Estado como amparador, a valorização do trabalho para o progresso, o bem-estar comum, etc. Havia uma percepção dos limites das palavras. Os trabalhadores apropriavam-se dos discursos governamentais e construam

estratégias para avançar na conquista das suas demandas.

Na obra *“A invenção do Trabalhismo”*, Angela de Castro Gomes questionou um dos consensos historiográficos referente às relações entre Vargas e a classe trabalhadora. Questionou o argumento, demasiado afirmado, segundo o qual o intervencionismo gerado pelo Estado varguista conduziu a formação de uma identidade coletiva, por parte dos trabalhadores, forjada pela força de sujeitos localizados em seu “exterior”, ocasionando o fato da sua atuação política, naquele período, ter se subordinado às lideranças institucionais exteriores à própria classe. Por esta visão, o fato dos trabalhadores estarem subordinados à interesses que não eram os seus explicaria sua incapacidade de agir com r iniciativas próprias. Segundo a autora, o sucesso do trabalhismo foi explicado por dois pontos: primeiro, pelas condições socioeconômicas de formação da classe trabalhadora (as origens rurais, as dificuldades de adequação ao sistema fabril de produção e toda a gama de determinações estruturais da industrialização no país); segundo, pelo argumento segundo o qual a natureza das iniciativas populistas manobrou a população somente em troca de ganhos eleitorais. O que Angela de Castro Gomes nos alerta em seu trabalho é que a compreensão sobre o sucesso do trabalhismo também deve percorrer os caminhos do entendimento das relações simbólicas (político-culturais), pois estas conseguiram ser tão sólidas quanto as relações materiais (econômicas).

Segundo Gomes, a instauração do regime autoritário, a partir de 1937, deve ser entendida como parte de um processo mais amplo, inaugurado desde 1930. Entretanto, ambos os momentos devem ser compreendidos como faces diferentes de uma mesma moeda. Em outros termos, aquilo que o Estado Novo queria e devia pôr em prática já fora algo declarado necessário desde a Revolução de 30.

O que diferenciava 1930 de outros momentos da história política do país, para os pensadores da época, segundo Gomes, foi seu caráter instaurador, promotor do início de um Estado “verdadeiramente nacional e humano”. A origem desse pensamento repousou sobre uma visão negativa do liberalismo no país. Caracterizado como um sistema político distanciado das reais necessidades dos brasileiros (principalmente os mais pobres), a crítica contra o liberalismo, proferida pelos revolucionários de 1930, apontavam o movimento e suas lideranças como os “salvadores” da nação, compreensivos e atentos às suas necessidades e potencialidades. Ao mesmo tempo apontavam os grandes erros praticados na política brasileira até então, os quais deveriam ser, em algumas partes, restaurados e em outras, combatidos (GOMES, 2005).

Os objetivos do governo com o Estado Novo, deveriam se voltar para um âmbito mais

amplo do que a política: os propósitos deveriam estar direcionados para as questões sociais do país, para o enfrentamento da pobreza que atingia o povo brasileiro, negligenciada pelo liberalismo que a via como inevitável e parte funcional da ordem social econômica. Uma das medidas para o enfrentamento das graves questões sociais enfrentadas pelo povo brasileiro, segundo os ideólogos do Estado Novo, foi a valorização e a identificação do trabalho enquanto instrumento de erradicação da pobreza (GOMES, 2005).

Fim da pobreza e valorização trabalho assalariado entraram em cena nos discursos e propósitos da política brasileira. A intervenção do Estado tendo em vista resolver essa problemática resultou na adoção de uma legislação social aprovada pelo poder público. A missão destinada ao pós-37 foi, portanto, a de “salvação” do povo brasileiro, do povo trabalhador, por meio do trabalho.

O trabalho deveria ser encarado como uma atividade central na vida do homem e não como um meio de “ganhar a vida”. Isto implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central para a sua realização como pessoa e sua relação com o Estado. (GOMES, 2005:201)

Por muito tempo consolidado, o pensamento historiográfico que analisou as relações entre Estado e classe trabalhadora durante o Estado Novo defendeu que o pacto social estabelecido entre esses foi marcado pela troca entre benefícios da legislação social pela obediência política, já que só os trabalhadores sindicalizados legalmente poderiam ter acesso aos direitos do trabalho, traduzido como sinônimo de cidadania no período.

Contrariamente a este pensamento, a autora argumentou que, desde os anos de 1933/1934, o regalo dos benefícios sociais foi ligado à condição de trabalhador sindicalizado. Só quem tinha ofício, tinha benefício. As reações por parte das lideranças sindicais independentes foi a de entrar nos sindicatos legais com o objetivo de tomá-los. Ou seja, pretenderam entrar no sistema governamental e lutar não apenas pelo cumprimento dos direitos do trabalho, mas também resistir à proposta corporativista fosse ela nos sindicatos ou nas ruas.

O Estado não era visto como produtor de bens materiais, mas como produtor de um discurso que tomava elementos-chave da auto-imagem dos trabalhadores e articulava demandas, valores e tradições dessa classe, redimensionando-os em outro contexto. A classe trabalhadora, por conseguinte, só “obedecia” se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, nesse sentido, mera submissão ou perda de identidade. (GOMES, 2005:180)

O que havia era um pacto! A concessão das leis sociais representou, portanto, proteção e segurança para os trabalhadores urbanos e não foi caracterizada como um ato de caridade, mas como merecimento. Por um lado, ela representou a solidariedade e generosidade do estadista, por outro, esta representação não se opôs à necessidade dessa legislação, de ressalva do dever do trabalho. Receber um direito que assistia ao povo, encaminhava-o no dever de retribuir. O não-trabalho tornou-se o oposto à cidadania, impedindo os sujeitos nesta situação de usufruírem daquilo que estava em aliança, em comunhão.

Os resultados de Gomes se articulam com aquilo que foi concluído por Jorge Ferreira ao analisar os discursos dos trabalhadores, os que estavam do outro lado dessas relações. O argumento de que existiram pactos, ações em reciprocidade por escolhas, por estratégias para a sobrevivência no regime finca sua tese na articulação dessas duas obras. O trabalhador não esteve passivo diante da construção de sua identidade e tampouco foi um sujeito isento de participação política, a ele coube “aceitar” muitas coisas, entretanto, lembramos a ressalva de que suas visões políticas sempre encontravam as brechas por onde se encaixar e se sobressair em benefício próprio.

2. Com a palavra, os trabalhadores

Esse tópico traz como proposta os resultados iniciais de nossas análises documentais. Aqui pretendemos problematizar quais foram as questões que envolveram a escrita dos profissionais da educação pernambucanos enviadas ao Interventor Agamenon Magalhães.²

Pelo fato de nosso trabalho ainda está em andamento, aqui apresentaremos um exame inicial de algumas cartas pertencentes a um mesmo caso, protagonizado pelo professor Manoel Damasceno Lima. Atuante no município de Escada (localizado na zona da mata sul pernambucana), o professor inicia seus escritos tendo por objetivo a intercessão do Interventor em sua situação. O trabalhador reivindicava sua transferência, decretada pelo Prefeito, de uma das escolas do centro da cidade para um povoado afastado.

As cartas estão localizadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano em seu Fundo da Secretaria de Governo, volume 743. Trata-se de um conjunto composto por três cartas, duas escritas pelo professor Damasceno e uma pelo prefeito da cidade de Escada, todas direcionadas ao governo do Estado. As correspondências foram enviadas no prazo de um mês, entre os dias 14 de janeiro e 10 de fevereiro. Isso demonstra que o recebimento e as respostas aos casos era uma prática com funcionamento fluido e rápido dentro do governo, pois as

2 Por questões de regras e limitações das quantidades de páginas que o artigo deve compor, apresentamos nessa sessão a análise de duas cartas.

cartas dão indício de que foram respondidas pelo interventor, por exemplo, na solicitação de detalhes do episódio e nos rumos tomados pelo caso.

A primeira carta, contendo duas laudas, foi escrita pelo próprio professor. Nela, Damasceno conta da perseguição que estava sofrendo pelo prefeito da cidade. Em sua defesa o professor apela justificando sua dedicação à causa da instrução e da educação popular. Reconhece as autoridades fiscais do ensino e aponta ao interventor que elas atestem sua eficiência no trabalho. O apelo de Manoel se estende não somente à sua permanência na sede, mas ele também anuncia: “Folgaria se V. Excia me colocasse ahi na Capital em qualquer outro trabalho”.

Os indícios apontam para a participação ativa do Interventor dentro das decisões relativas aos processos dos funcionários público quando o trabalhador fala “Vim, em conspecto, me entender com V. Excia mas não houve audiência hoje”. Mesmo se tratando de um Município do interior do estado, a figura de Agamenon se fazia presente não só enquanto refúgio para o apelo do trabalhador, mas enquanto parte decisória nos rumos os quais o caso poderia tomar

Como anexo dessa carta, escrito de próprio punho, o professor apresenta uma cópia do decreto realizado pelo prefeito, onde há uma substituição dele por uma outra professora do povoado o qual fora destinado. A esse respeito, Damasceno comenta a atitude da substituição desqualificando a professora escolhida. Com isso, o trabalhador aproveita seu caso para denunciar o sistema de influências de parentesco nas decisões e encaminhamentos do serviço público, apontando para o fato da professora nomeada em seu lugar, além de não ter concurso, lecionava a título de proteção e não tinha um bom relacionamento com os alunos e com os pais. Assim como mostra os privilégios dados a professora e negados a ele enquanto esteve no cargo. Damasceno faz isso não só para evidenciar ao interventor as incoerências da administração pública de Escada, mas para ter seu pedido alcançado e Agamenon reconheça e ceda ao que ele quer: a permanência da sede.

Com três laudas, a segunda carta foi enviada pelo prefeito da cidade de Escada com o intuito de prestar esclarecimentos sobre o caso ao interventor. Era colhido materiais para esclarecer o caso. Havia um controle da Interventoria. O centro era aqui e as prefeituras não gozavam dessa autonomia decisória. Tudo deveria passar pela aprovação de Agamenon. Muito provavelmente, por ter esse conhecimento, os trabalhadores apelavam para sua figura.

Portanto, o prefeito também tinha que argumentar com o Interventor sobre o fato, também deveria encontrar meios e estratégias para defender suas posições. É montado um corpus argumentativo contra o professor não só pela sua retirada da escola, mas também em

defesa do próprio prefeito, pois a carta de Damasceno, além do apelo, traz denúncias a respeito da gestão do município.

Desenvolvendo a narrativa, o prefeito conta como o professor levava à instrução do modo que achava conveniente criando programas de ensino particulares em detrimento aos oficiais; sendo desorganizado com as questões de matrícula de alunos; rasuras nos documentos da cadeira, etc. Além desse ponto, uma outra falta foi cometida pelo professor: não participar da Semana da Pátria e fechando a escola durante este tempo. “Em vez de ser o funcionario zeloso e cumpridor dos seus deveres, é um desrespeitador de ordens e um mau elemento dentro da classe, dando pessimos exemplos como professor e cidadão”. Esse ponto nos mostra que antes mesmo de instruir, cabia ao professor dar o exemplo de sua cidadania e de sua cooperação com os princípios do regime.

Em sua defesa e em defesa do seu cargo, o prefeito gera as acusações e reafirma sua cooperação com as medidas do governo:

Nunca ouviu de minha boca qualquer referencia contraria ás ordem dessa Interventoria, porque não podia sê-lo uma vez que estaria em contraposição com o cargo, onde, dentro dos bons principios, procuro acatar com o maximo respeito as ordens emanadas. (PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 743. Gabinete do governador. 1938)

A carta aponta claramente que o afastamento do professor foi uma medida disciplinar e estava de acordo com os objetivos de controle educacional do período:

Não teve outro intuito, senão salvaguardar o interesse publico educacional e corrigir o mesmo, que não soube cumprir com seus deveres, mantendo tambem o principio de autoridade que deve ser respeitado, para o bom andamento do serviço publico. (PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 743. Gabinete do governador, 1938)

Como anexo da carta estão duas cópias de ofícios enviados pelos fiscais do ensino: o Delegado de Ensino do município e o Inspetor Regional. As notificações frisam a ausência da participação na Semana da Pátria e a matrícula de alunos em idades avançadas para as turmas. Estes problemas foram expostos na carta do prefeito e usados como argumentos para justificar sua ação.

A terceira correspondência foi enviada pelo professor expõe uma acusação de sofrer perseguições por parte do prefeito, quando este agia contra o trabalhador e em benefício próprio. Além de reafirmar seu apelo para ficar na sede, Manoel Damasceno, mais uma vez, faz sua crítica em relação aos benefícios concedidos à professora, a qual lhe substituiria pelo fato dessa ter pessoas ligadas à administração pública lhe protegendo.

Mudar-me não posso, não disponho de meios para isto, entretanto para a professora removida, por ser parente da noiva do Secretário e ansiosa para deixar aquele povoado alias sem concurso como já o disse e sem habilitações como provocou os habitantes do povoado onde lecionara cerca de 2 a 3 annos, tudo lhe foi favoravel, caminhão, carro de passeio etc., tudo a titulo de proteção e de reпреzalia á minha pessoa, pela reclamação feita sobre argumento. (PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 743. Gabinete do governador, 1938)

Não tendo mais esperanças de mudanças no seu quadro devido as acusações do prefeito, ele cria outra estratégia para alcançar seu objetivo, solicitando o julgamento do seu caso por outra pessoa, fazendo a provocação de que seu drama encontra-se em meio à injustas relações de poder:

Informação das partes accusando e acusado nada prevalece, salvo ambas em conspecto uma da outra. Ponha a juiso, entregando ao Sr. Arthur Moura, advogado sem jaça, que julgará pelo mérito do direito e não pelo da força, do poder e da vingança como entende o chefe do poder executivo deste Municipio. (PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 743. Gabinete do governador, 1938)

As correspondências desse caso abriram um espaço para “denúncias” contra o professor: o desleixe com o trabalho, sua “astúcia” em criar o próprio programa e em se negar a pôr em prática as atividades de demonstração cívica, nesse caso, servindo de exemplo e estímulo ao patriotismo dos alunos. Contudo, o professor Manoel não nos parece ter sido um doa trabalhadores consumidores da propaganda, pelo contrário, ele se nega às determinações oficiais e parece buscar certa autonomia e alternativas no emprego da instrução, provavelmente por não concordar com suas demandas. Ele buscava a sua autonomia no ato de lecionar. Nesse ponto, lembramos do argumento trazido pela historiadora Aline Ramos sobre a repetição dos conteúdos e metodologias contidos nos Programas, provavelmente, para serem aceitos. Juntando esse ponto ao caso de Damasceno, nos questionamos se os casos de descumprimento dessas instruções não eram recorrentes?

Em suas correspondências o professor contorna a situação das acusações destinadas a ele, se adéqua aos discursos oficiais para pedir não só sua permanência no centro do município, como também uma vaga no Recife. Supostamente, o professor esconde suas verdadeiras posições para não se comprometer punitivamente, pois era sabido das ações arbitrárias do momento político vivido, dos meios utilizados pelo Estado para afastar os sujeitos discordantes. O que ele não queria era perder seu emprego, sua forma de sobrevivência. As críticas ao modelo administrativo aparece de forma sutil. Ele exerce sua crítica acusando a figura do prefeito e não diretamente ao governo do estado, sabendo de sua

subordinação aos mandes e desmandes do interventor.

Como apresentou Maria das Graças Almeida (2001), os discursos oficiais marcantes das afirmações desses atos disciplinares podem ser encontrados no jornal *Folha da Manhã* em matéria escrita por Agamenon Magalhães, no mês de março de 1938. O interventor reporta ao público sobre as decisões tomadas pelo Estado Novo para afastar as ideologias contrárias ao regime, assim como funcionários discordantes com as posições do governo. Além de levar ao conhecimento e alertar o público a respeito desse perigo eminente à manutenção da ordem, o governante também prestou contas do que estava fazendo ao presidente Vargas. Por carta, Agamenon demonstra como fechou as trancas para a penetração da “anarquia da inteligência” por meio da punição aos professores compactuantes desse pensamento. O governo tinha consciência da importância que a figura do mestre poderia exercer tanto em seu favor como contra seus princípios.

Voltando ao nosso caso, é possível notar o fato das visitas do Delegado de Ensino e do Inspetor Regional terem sido feitas no ano anterior ao regime, mas as medidas administrativas tomadas para sanar os atos cometidos pelo professor só foram efetivadas depois do estabelecimento do Estado Novo em Pernambuco, reforçando o argumento desse caso estar enquadrado nas determinações estaduais de afastar os funcionários discordantes de seus princípios.

O drama de Manoel Damasceno Lima retrata o ocorrido com tais medidas administrativas tomadas pelo governo no combate à desordem e na organização do serviço público tendo como base os princípios da ideologia estadonovista. Por outro lado, também nos mostra que essas medidas não foram encerradas no afastamento desses sujeitos. Pelas correspondências analisadas, temos a comprovação da existência de reações. Esses trabalhadores não se calaram diante daquilo que lhes era enfiado “goela abaixo”. Lutaram por espaços de atuação, pelos seus meios de sustento e de sobrevivência.

Trazendo outro discurso protagonizado por um docente nas cartas, apresentamos aqui a correspondência enviada pela professora Irene de Mélo Cavalcanti Pajuaba, em 22 de janeiro de 1938. Ansiando sua nomeação para um cargo na instituição dos Correios, a professora, além de expor seu pedido, desenvolve sua narrativa contando todas as problemáticas enfrentadas quando lecionara numa comunidade carente situada na cidade de Olinda.

Nesta carta também temos a comprovação de que havia um contato direto entre o interventor e os trabalhadores por meio de audiências para resoluções de casos de afastamento (como foi o de Manoel Damasceno), ou de pedidos. Contudo, ainda não dispomos de fontes

suficientes para compreender de que forma as audiências eram realizadas. “Resolvi antes dessa audiência explicar melhor e minunciosamente o assunto”. Diferente da audiência, a carta cria um espaço de aproximação maior, ela se abre enquanto arena discursiva para que os trabalhadores pudessem expor suas problemáticas.

Inicialmente, ela mostra a situação das escolas lotadas de alunos e da comunidade a qual estava inserida. Em destaque, a professora evidencia a difícil situação que os professores viviam através do baixo salário que recebiam, além desses serem pagos pelos industriais e comerciantes do local. Ou seja, intrinsecamente, aí está frisado o desleixo com os trabalhadores da educação por parte da administração anterior, das míseras condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais da área. O próprio pagamento é nomeado como esmola.

Lecionei numa Escola da Cruzada Pernambucana de Educação aqui no Sítio Novo de Campo Grande, perto de Salgadinho, onde o número de analfabetos é considerável tendo cerca de mil crianças pauperrimas; nessa escola o numero ode matricula eleva-se a 70 (SETENTA); 80 (OITENTA), e de frequencia diaria 60 (SESSENTA) e 70 (SETENTA), recebendo a professora, que era a signataria desta, uma remuneração a titulo de gratificação na importância de SESSENTA MIL REIS (60\$000) mensais adquiridos por esmoladas dadas por negociantes e industriais da localidade. (PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 743. Gabinete do governador, 1938)

Ao apresentar o quadro de miséria em que trabalhava, Irene relatou sobre suas qualidades profissionais na tentativa de demonstrar que não é uma ignorante, que possui instrução, formação e, por isso, merece que seu pedido seja atendido, que haja um reconhecimento de seu lugar como trabalhadora não como concessão solidária, mas pelo mérito que esta possui.

Modestia a parte, sou conhecedora do pergaminho que possuo, o que podem atestar inumeros intelectuais e professôres pernambucanos (...) Modestia a parte, tudo isso graças aos meus esforços pessoais e dos poucos conhecimentos que possuo, pois, nunca contei com proteção de pessoa alguma, sempre a sós. (PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 743. Gabinete do governador, 1938)

A trabalhadora ainda mostrou seus conhecimentos má administração do regime passado com as relações de parentesco. Ela demonstra que conhece das ações que burlam o sistema público, quando diz: “Prestei concurso para o cargo de auxiliar de 3ª classe dos Correios deste Estado, cargo que pleitiava sem proteção de pessoa alguma, somente Deus e o que sabia. Porem, como V. Excia sabe o que era concurso no regime passado, como não tive uma estrela que me guiasse.” (PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 743.

Gabinete do governador, 1938)

Mesmo falando das questões sobre a indicação, ela não deixa de pedir o auxílio do interventor. É apresentado o difícil quadro de vida dela e do seu marido, para solicitar o auxílio a alguém que já se esforçou pela instrução uma comunidade necessitada, que recebera pouco por isso e que, por mérito, merecia algo melhor.

Diante do exposto, lembramos que as relações tecidas entre Estado Nacional e classe trabalhadora a partir da instalação do governo varguista são conhecidas pela iniciativa de gerar bens materiais e simbólicos com a finalidade de obter aprovação e legitimidade, já que o Estado Novo fora iniciado a partir de um golpe político-militar e carecia desse consentimento popular. As práticas inauguradas com a sanção de uma legislação social e trabalhista baseadas na *ideologia da outorga* envolveram, além da elevação dos sujeitos comuns ao lugar de cidadãos possuidores de direitos e necessários ao desenvolvimento do país, a construção da autoimagem do Estado enquanto figura guardiã dos interesses materiais e simbólicos dos trabalhadores, também como órgão que garantia o cumprimento dessas leis e benefícios, tornando-se um espaço recorrente por parte da população para terem seus direitos assegurados.

Dentro dessas trocas econômicas temos a vinculação ao estabelecimento de um padrão de relações sociais e políticas. A grande chave é entender quais são os tipos de relações sociais construídas a partir dessas trocas econômicas, mais precisamente, a essência do simbólico que regula e dá sentido às questões materiais presentes no trabalhismo.

Considerações finais

Através de nossas leituras e análises, compreendemos que o movimento gerado por essas práticas implicava em representações simbólicas em que cada uma tinha seu significado e importância, construindo uma teia pactual que estabelecia uma harmonia e uma lógica entre o governante e a nação, onde cada um sabia o seu lugar e, principalmente, como se portar dentro dessa realidade. Por sua vez, o doador, o estadista, era visto como pai da nação, do seu povo, quem entendia as necessidades de todos e quem os amava e prezava pelo seu bem-estar. Para ser doador essas qualidades eram essenciais. Receber significava o ato de instaurar o vínculo, bem como estar ciente da retribuição.

A relação instituída com essa dinâmica do dar-receber-retribuir coloca-se diante de um ato de (re)conhecimento, uma “obrigação política com instituto moral”. O posicionamento desse contrato implicava que a fundação do Estado empregava uma relação pessoal entre o chefe da nação, representado pela “pessoa moral” do governante, com a “pessoa coletiva” que

eram os trabalhadores – aqui o significado de “pessoa coletiva” se distingue de coletividade de sujeitos. Nos esclarece a autora:

Mais do que traçar os atributos de Vargas, o discurso fixava a imagem e a forma de contato "do" presidente desta nação. Era este o modelo de autoridade política que devia ser seguido pelos que chegavam ao alto. Por outro lado, delimitava igualmente quem era o povo, quem era esta "pessoa coletiva". O povo não eram todos indistintamente. Eram todos os que estavam dentro, os que estavam solidários entre si e com a autoridade. E a marca desta solidariedade era dada por um princípio jurídico-econômico e também moral. O povo eram os que trabalhavam, por distinção aos que estavam fora. (GOMES, 2005: 231)

Além das questões colocadas com essa relação, o valor também estava presente naquilo que era dado, pois a força da obrigação que era criada também estava ligada àquilo que era concedido. Nem tudo podia ser considerado uma outorga, um presente. A própria dádiva acabava por construir “sua” força. Isto posto, a coisa dada era a especialmente um tipo de legislação. Segundo Gomes, as leis do trabalho ganham um sentido duplo dentro desse contexto, tanto por ter, por excelência, uma acepção ordenadora, quanto pelo sentido atribuído ao meio o qual ela tem por pretensão regular. O ato de legislar sobre o trabalho ganhava o significado de regular todo o tempo que rodeava a vida do trabalhador, fosse ele o de produção ou de pós-produção. Era reconhecer o salário recebido como insuficiente, garantir que tivessem segurança e conforto enquanto estavam sendo úteis ou quando não mais pudessem ser, fosse por doença, velhice, morte, etc. Estava assegurada, assim, a força que dava vida à coletividade.

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas:

Arquivo Público Jordão Emerenciano

Fundo da Secretaria de Governo:

PERNAMBUCO. Cartas de Particulares. Volume 743. Gabinete do Governador.

Bibliografia:

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

BILHÃO, Isabel. "Trabalhadores do Brasil!": as comemorações do Primeiro de Maio em tempos de Estado Novo varguista. **Rev. Bras. Hist.**, Dez 2011, vol.31, no.62, p.71-92.

CARVALHO, Jose Murilo de Carvalho. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Jose Murilo de Carvalho. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DUARTE, Adriano Luiz. Moralidade pública e cidadania: a educação nos anos 30 e 40. **Educ. Soc.**, Dez 2000, vol.21, no.73, p.165-181.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FORTES, Alexandre. **Nos do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas**. Campinas, 2001. Tese. Departamento de História. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

GANDINI, R. P. C. **Intelectuais, Estado e Educação: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 1944-1952**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma aprendizagem crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul, 1997.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 3º Ed., 2005.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMIDE, Angela Galizzi Vieira; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf> Acessado em: 18/10/2014

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. **Os trabalhadores e o estado novo no Rio Grande do Sul: Um retrato da sociedade e do mundo do trabalho (1937-1945)**. Campinas, 2006. Tese. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

LEÃO, Karl Schurster V. de Souza. **A guerra como metáfora: aspectos da propaganda do Estado Novo em Pernambuco (1942-1945)**. Dissertação. Recife: UFRPE/DLCH, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura Regional, 2008.

LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas: Editora Papirus; Editora da Unicamp, 1986.

LIMA FILHO, Andrade. **China gordo: Agamenon Magalhães e sua época**. Recife: UFPE, 1976.

LOPES, Sonia de Castro. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. **Cad. Pesqui.**, Ago 2009, vol.39, no.137, p.597-619.

LOPES, Sonia de Castro. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. **Cad. Pesqui.**, Ago 2009, vol.39, no.137, p.597-619.

LUCENA, Maria de Lurdes Almeida e Silva. **Imprensa e educação**: um estudo sobre o pensamento educacional no Triângulo Mineiro (1930 – 1945). Uberlândia: 2011. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia.

MICELI, Sergio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. 1920-1945. São Paulo: Difel, 1984.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães. Recife: Massangana, 1984.

PEREA, Pe. Romeu. **Diálogos com Agamenon Magalhães**. Recife: Imprensa Oficial, 1977.

PEREIRA, Nilo. **Agamenon Magalhães**. Uma evocação pessoal. Recife: Taperoá, 1974.

PRADO, Adonia Antunes. **Os conceitos de Homem e de Educação no período do Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro, 1995. Tese. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PRADO, Adonia Antunes. **Intelectuais e Educação no Estado Novo (1937/1945)**: o debate sobre a formação do professor primário rural.

Disponível

em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/17/19>>

Acessado em: 18/10/2014

RAMOS, Aline Cristina Pereira de Araújo. **O homem “novo” para um novo Pernambuco**: as práticas educacionais na construção do Estado Novo em Pernambuco (1937-1945). Dissertação. Recife: UFPE, Programa de Pós-graduação em Educação, 2014.

REIS, José Roberto Franco. **“Não existem intermediários entre o governo e o povo”**: correspondência a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). Campinas, 2002. Tese. Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.

SOUZA NETO, José Maria Gomes. **Sonhos de Nabucodonosor**: aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano. Tese. Recife: UFPE/CFCH, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.